

AS CAMBIANTES FACES DA GUERRA E A ADEQUAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Héctor Luis Saint-Pierre e Juliana de Paula Bigatão

RESUMO

Com base em alguns conceitos fundamentais da Teoria da Guerra e da Estratégia, analisamos os fenômenos bélicos contemporâneos e discutimos a versatilidade e os limites desses conceitos para apreender a natureza cambiante e multidimensional que caracteriza os conflitos da atualidade. No mundo pós-Guerra Fria verificamos a emergência de formas ancestrais de violência dentro dos Estados, assim como observamos uma forma tecnologicamente mais sofisticada da violência institucional concentrada unilateralmente.

Essas duas faces se encontram e se complementam para fornecer os limites conceituais dos conflitos bélicos que diluem Estados, geram catástrofes humanitárias de proporções alarmantes e desafiam a vontade da superpotência que se expressa em sua unilateral prepotência bélica.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Guerra; Estratégia; Conflitos Internacionais

PROPÓSITO

Para o general La Maisonneuve, "a guerra é o inevitável destino das sociedades, e, por essa razão, temos que admiti-la como constante. O que é variável, entretanto, são as formas da guerra". Levando em conta isso, nos propomos a seguir o fio histórico das variáveis com que essa constante manifestou-se, para tentar compreender seus gestos atuais e suas insinuações sobre o futuro bélico que nos espera.

Desde o final da Guerra Fria, e a partir do ressurgimento de tensões que se supunham superadas, como os conflitos de cunho

étnico, religioso ou nacionalista, os traços marcantes dos conflitos internacionais “expressam rivalidades internas e opõem etnias, facções e indivíduos que até então, por sua vontade ou pela força, haviam aceitado viver juntos” (LA MAISONNEUVE 1998: 175)¹.

Se antes os Estados combatiam entre si confrontando exércitos claramente identificados, uniformizados e organizados com base em uma estrita hierarquia de comando, em teatro de operações delimitados com precisão, com interlocutores reconhecíveis e representativos que garantiam a continuidade diplomática durante a guerra; agora são grupos regulares e irregulares, etnias, clãs e facções que se enfrentam apoiados em instrumentos de combate nem sempre convencionais e que muitas vezes carecem de cabeças visíveis e representativas que possam negociar seu comportamento na guerra. Se bem a natureza destes conflitos não seja inteiramente original, sua aparição no cenário internacional pós-Guerra Fria – no qual uma hiperpotência, no exercício unilateral da sua soberania e sob o argumento da sua segurança nacional, ofende e debilita as estruturas jurídicas e políticas multilaterais que continham e regulavam as desavenças entre os Estados – nos obriga a refletir sobre este mundo no qual vivemos com uma análise renovada do ponto de vista da teoria da guerra e da estratégia.

Essa duas características – a saber, por um lado, a emergência das formas mais ancestrais de conflictividade de múltiplas faces e aparência difusa, e, por outro, a forma tecnologicamente mais sofisticada da violência institucional concentrada unilateralmente – encontram-se e se complementam para fornecer os limites conceituais ao drama humano contemporâneo. A emergência renovada daqueles conflitos na sua natureza ancestral e suas formas variadas e primitivas de guerra constituem um desafio epistemológico para a análise polemológica, e também um pantanoso limite empírico àquela vontade que, na sua unilateral prepotência bélica, desafia a frágil ordem internacional. Tentaremos discutir quais implicações este encontro de formas opostas e contraditórias acarretam para o campo de estudos da guerra e da estratégia.

¹ Tradução nossa.

Para isso, resgataremos brevemente a evolução dos conflitos e fenômenos bélicos a partir das considerações de alguns dos pensadores e estrategistas consagrados na área da teoria da guerra, esperando obter ferramentas analíticas que nos ajudem a pensar sobre esta possível transformação da natureza dos conflitos internacionais.

AS FACES NÃO MUDAM, SE ACUMULAM

Antes de iniciar o estudo, duas considerações: em primeiro lugar, consideramos um equívoco afirmar que os conflitos intraestatais que predominam no cenário internacional contemporâneo são fenômenos inéditos que *surgiram* durante o período pós-Guerra Fria. A rigor, tais conflitos já existiam,² mas admitimos que de fato se transformaram em um fenômeno global no período contemporâneo, quando atraíram a atenção da comunidade internacional e dos organismos multilaterais preocupados com a manutenção da paz e segurança mundial. Em segundo lugar, advertimos sobre o engano que significa esforçar-se para acreditar que as rivalidades entre os Estados foram superadas, e que, portanto, as guerras interestatais são fenômenos do passado. É inegável que o mundo pós-Guerra Fria assiste a uma baixíssima probabilidade de conflitos entre as grandes potências e a uma considerável diminuição das confrontações entre Estados; entretanto, as ameaças militares chamadas “tradicionais” ainda se mostram no horizonte bélico de nossa comum morada com intranquilizadora persistência.³ Com efeito, a guerra interestatal continua sendo uma inconveniente realidade de nosso tempo, dado o caráter anárquico⁴ e incerto da política internacional, ou seja, a ausência de uma entidade que regule as relações entre os Estados.⁵ Já em Maquiavel, um dos principais pensadores que influenciou consideravelmente a teoria da guerra

²A guerra civil é um exemplo de conflito intraestatal. Podemos citar, por exemplo, a guerra civil que ocorreu em 1960 na República do Congo, quando a província de Katanga iniciou um movimento separatista.

³Como exemplos de conflitos interestatais contemporâneos podemos citar a guerra ocorrida entre Líbano e Israel no ano de 2006; e o conflito duradouro entre Índia e Paquistão.

⁴Com este termo nos referimos as relações internacionais no sentido que o faz Bull (2002).

⁵Segundo Nye, “A lógica do conflito internacional descrita por Tucídides ainda é aplicável a partes do mundo actual”. (NYE 2002: 261).

moderna, encontramos a ideia de que novas instituições militares e novos métodos para se fazer a guerra seriam necessários no cenário que começava vislumbrar-se na Europa, no qual o mundo feudal cedia lugar a um sistema de Estados absolutistas. Durante quase todo este período da história europeia – final do século XV e início do século XVI – os conflitos expressavam a rivalidade entre as recém-estabelecidas potências mercantis; as disputas se travavam pelo controle marítimo e as lutas dinásticas. Maquiavel, preocupado com a situação de Florença em meio aos principados italianos e à cambiante conjuntura europeia – na qual coexistiam tropas feudais, mercenárias e mistas – propôs a criação de um exército composto por homens florentinos, sob um comando unificado, como forma de fortalecer a política doméstica e diminuir a dependência externa da cidade. O florentino pensava em um exército de «cidadãos», figura esta que ainda não havia surgido no ambiente feudal e que todavia demoraria alguns anos – e uma revolução burguesa – para aparecer.

Apesar de não ter presenciado a concretização desta ideia, Maquiavel deixou claro que os exércitos compostos por mercenários representavam um verdadeiro perigo para seus comandantes. Embora pudessem ser competentes no combate, os mercenários eram pouco confiáveis, já que a qualquer momento poderiam desertar ou, o que era pior, passar para o lado inimigo em virtude de uma melhor oferta salarial. Sendo assim, influenciado pelo estudo dos métodos militares romanos, Maquiavel recomendou que o exército «nacional» – formado por homens locais, e não por mercenários estrangeiros – fosse edificado sob as bases da hierarquia de comando, da disciplina, da obediência e da lealdade. Este pode ser considerado o princípio do apelo patriótico à formação do exército de «cidadãos», que somente se concretizou com plenitude sob o comando de Napoleão, no século XIX e graças a uma revolução da qual emergiu a figura do cidadão, inexistente na época do florentino. Tanto em sua obra mais famosa, *O Príncipe*, como em *A Arte da Guerra*, Maquiavel preconizou a máxima de que a guerra é uma atividade essencial da política: os fundamentos da república são boas armas e boas leis, com as quais o bom governante terá as condições para manter e expandir seu domínio.

Estas modificações no modo de se pensar a guerra – que anteriormente estava baseado no conceito religioso –, fundamentadas no método de empreendê-la, com novas instituições e formações

dos exércitos, podem ser consideradas uma revolução no campo político e militar pressagiada por Maquiavel. Foi somente no século XIX que Napoleão coroou essa transformação fundamental na natureza da guerra e dos exércitos, fruto de uma série de progressos políticos, sociais, técnicos e organizacionais que ocorreram concomitantemente com a passagem do Estado dinástico para o Estado nacional.

Segundo R. R. Palmer, o período compreendido entre os anos 1740 – coincidentemente com a ascensão de Frederico O Grande ao trono da Prússia – e 1815 – após a derrubada de Napoleão Bonaparte, revela-se como um tesouro de grandes transformações políticas e militares que influenciaram consideravelmente a estratégia e teoria da guerra modernas, assim como as teorias respectivas. Na época de Frederico, quando a constituição do exército mesclava homens marginalizados e jovens aristocratas, teve início o esforço de conscientizar os soldados com a ideia de lutar pelo reino da Prússia. Para conseguir esta entrega, os soldados deveriam sentir-se bem tratados e alimentados, de maneira que aceitassem docilmente serem treinados com firmeza, sobre a base da disciplina e da hierarquia; ainda que naquele momento mais da metade do exército prussiano fosse composta por estrangeiros, prisioneiros de guerra e desertores.

Frederico também foi um dos pioneiros em aplicar a estratégia da «guerra relâmpago», de alta mobilidade, em detrimento da guerra de posição que caracterizara os campos de batalha até aquele momento. Entre o final do século XVII e início do XVIII, as guerras que se desenvolviam na Europa podem ser descritas como uma sucessão de sítios, nos quais a manobra, o cerco e a posição eram notas importantes de uma pomposa gramática que buscava obter pequenas vantagens sobre o adversário. Evitava-se o confronto direto entre as forças, já que colocaria à prova o valor e a coragem dos soldados mercenários, conhecidos por seu duvidoso caráter e falta de compromisso com as «causas», o que tornava as guerras extremamente prolongadas. Eram guerras essencialmente de desgaste.

Foi a partir da substituição do Estado absolutista pelo Estado nacional, com a ascensão do nacionalismo que culminaria com Revolução Francesa – e, principalmente, com a emergência do cidadão livre, com seu direito e obrigação de defender à «pátria» – , que os grandes combates transformaram a guerra limitada em um

enfrentamento quase ilimitado, que visava atingir importantes resultados políticos por meio de vitórias militares rápidas e contundentes, buscando a batalha decisiva. Não tardou para que as transformações políticas, sociais e militares ocorridas na França se espalhassem pela Europa.

Em 1799, Napoleão Bonaparte ascendeu ao trono francês e, conduzindo o primeiro exército «moderno» no sentido estrito da palavra – ou seja, um exército revolucionado pela incorporação de um Estado Maior e de novas estratégias, táticas e técnicas militares, assim como pelo desenvolvimento da artilharia com o canhão monobloco – derrotou, de maneira vultosa, a coalizão formada por Grã-Bretanha, Holanda, Prússia, Áustria, Sardenha e Espanha. Com essa vitória militar incontestável, Napoleão alterou definitivamente o equilíbrio de poder do tabuleiro político europeu e marcou o início de uma nova era política e militar no velho continente. Pode-se afirmar que os conflitos dessa época representavam o choque de interesses entre as unidades políticas, que se alinhavam de acordo com um sistema de pesos e contrapesos com o objetivo de evitar que um único Estado pudesse conquistar a hegemonia no continente.⁶

De acordo com Palmer, este período encerrou o cenário da «guerra dos reis» para inaugurar a «guerra dos povos». As noções de cidadania e soberania popular, nascidas com a Revolução Francesa, influenciaram consideravelmente a formação e a estrutura dos exércitos – que passaram de profissionais ao exército de massas – e, conseqüentemente, a concepção estratégica, substituindo a manobra e a posição pela decisão através da batalha. A aparente fusão entre o governo e o povo possibilitou a concretização da ideia maquiaveliana de que este último, como parte integrante do Estado, deveria defendê-lo com lealdade e paixão. O «amor pela pátria» justificaria, então, a morte em combate, que se revestiria com traços de heroísmo. Napoleão soube utilizar engenhosamente essa transformação e modificou consistentemente a estratégia empregada na guerra, buscando, mediante a maior concentração de forças, alcançar o ponto neurálgico do inimigo para golpeá-lo com o combate direto na batalha decisiva.

⁶O sistema de alianças do período é retratado por Nye em “A estrutura e o processo do sistema do século XIX”.(NYE 2002: 46-49).

Com esse objetivo, Bonaparte organizou o exército francês em divisões e corpos permanentes, delegando a esta força maior rapidez no deslocamento e aumentando o leque operacional do comandante. Sua estratégia pode ser definida como o emprego de movimentos rápidos e ofensivos de maneira objetiva para obter a maior concentração das forças próprias em um ponto decisivo do dispositivo inimigo.

Este será o modelo de exército que chamará a atenção de Clausewitz nas suas mais profundas reflexões sobre a teoria da guerra e da estratégia. A estratégia napoleônica do golpe contundente no centro de gravidade do inimigo fornecerá corpo à teoria exposta por Clausewitz em seu livro – mais citado do que lido – *Da Guerra*. Grande admirador de Napoleão, o prussiano encontrou no imperador francês a junção do político e do estrategista, o que o levou a afirmar que as guerras napoleônicas foram as que mais se aproximaram de eu conceito puramente analítico da «guerra absoluta». Para Clausewitz, a «guerra absoluta» é um conceito puramente teórico, utilizado para auxiliar a compreensão da guerra como fenômeno concreto.⁷ Conforme seu pensamento, com Bonaparte, “ a guerra era conduzida sem perder um momento até o esmagamento do inimigo, e os contragolpes sucediam-se quase sem remissão” (CLAUSEWITZ 1996: 831).

Esta impetuosidade provavelmente foi possível porque o político e o estrategista estavam reunidos na mesma figura – Napoleão – evitando assim os atritos decorrentes das relações entre o poder político e a percepção militar nos tempos de guerra em sociedades mais burocratizadas que aquela. Para Raymond Aron, em algumas situações, o comando **da** guerra (político) se confunde com o comando **na** guerra (estratégico), ocasionando disputas entre civis e militares, principalmente no que se refere aos “meios” para se alcançar a vitória.

Nestas circunstâncias, chefes políticos e generais devem dialogar para que as operações se orientem tendo como referencial os objetivos políticos da guerra. (ARON 1985: 524).

⁷ É somente na forma conceitual que a “guerra absoluta” será levada até as últimas conseqüências, ocasião na qual atuam as leis recíprocas. Não devemos confundir a “guerra absoluta” com a “guerra total”; esta última é uma aparição concreta e histórica da guerra, quando todos os esforços são empenhados na campanha.

Da análise de Aron podemos inferir que os beligerantes possuem um objetivo estratégico e um objetivo político. Na visão de Clausewitz, o objetivo estratégico é sempre desarmar o inimigo e deve ser entendido como um “meio”, já que o “fim” é sempre definido pelo objetivo político, que consiste em impor a vontade a esse inimigo desarmado. Por isso, a definição clássica da guerra no pensamento clausewitziano: “A guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”. (CLAUSEWITZ 1996).

A partir desta definição, acreditamos que se torna simples concluir que para Clausewitz a guerra é um fenômeno de relacionamento entre duas unidades políticas soberanas e, neste sentido, sua natureza é eminentemente política. O chefe de Estado é quem estabelece o objetivo político a ser alcançado e a lógica que conduzirá as ações. É ele também quem autoriza os meios dos quais se empregará o estrategista para executar a gramática que encarnará aquela lógica nas operações de guerra, por meio da batalha. Entretanto, uma vez iniciadas estas operações, o campo específico da estratégia não se torna independente: é a política que continuará regendo-o, determinando sua extensão, intensidade, emprego de meios, contenção ética e o momento mais propício para se iniciar as negociações que conduzam à paz desejada.

Liddell Hart, em *As grandes guerras da História*, realizou uma leitura crítica da teoria da guerra de Clausewitz. Nela sugere que os intérpretes do teórico prussiano “levaram seus ensinamentos a um extremo não desejado” (LIDDELL HART, 1982: 427). Um desses equívocos, segundo este autor, foi a supervalorização da batalha decisiva como determinante fundamental do resultado da guerra. Liddell Hart propõe a substituição da batalha decisiva pelo uso adequado da manobra, produzindo a dispersão e o desequilíbrio do inimigo e possibilitando uma situação estratégica mais vantajosa que, por vezes, evita a necessidade da batalha. Isso porque, para este autor, a guerra tem um conteúdo psicológico determinante; ela desenvolve-se principalmente na mente do general, concepção bem diferente da proposta por Clausewitz, para quem a guerra se realiza no campo de batalha. Portanto, para o primeiro, o objetivo estratégico é eminentemente psicológico, como não poderia ser de outra forma: confundir e desmoralizar o comandante das operações adversas para, através dos erros que gera a confusão na sua mente, provocar o desequilíbrio do ponto de gravidade do dispositivo inimigo, o que

possibilitaria a verdadeira concentração das próprias forças. Segundo Liddell Hart, a conquista do objetivo estratégico por meio da batalha decisiva poderia levar a um esgotamento das forças beligerantes e facilitar a defesa em um único ponto do ataque, fato este que, ainda depois de uma eventual vitória, o impediria de alcançar os objetivos políticos da guerra, ou seja, possibilitar uma paz melhor.

Na visão de Liddell Hart, os ensinamentos de Clausewitz produziram grandes danos pela interpretação errônea que se fez deles quando foram aplicados durante a Primeira Guerra Mundial, transformando este conflito internacional em um dramático exemplo da utilização ilimitada da força para se alcançar os objetivos políticos. Neste sentido, a estreita relação entre a política e a estratégia seria abandonada e esta última assumiria posição de destaque no comando e na condução da guerra. Este talvez seja o exemplo que mais se aproxima da interpretação equivocada da teoria da guerra clausewitziana, que consiste em tomar o conceito de "guerra absoluta", um instrumento puramente "ideal-típico", e transformá-lo em um princípio normativo, imaginando que com essa construção categorial se possa conduzir uma guerra concreta em condições históricas, políticas, econômicas, culturais e psicológicas.

Depois daquele paroxismo que ensanguentou o continente e se prolongou em imóveis trincheiras que se converteram na perda de uma geração de europeus, a Segunda Guerra Mundial – ou a segunda parte da Grande Guerra Mundial (1914-1942), como alguns analistas preferem vê-la – pareceu se recolher timidamente a uma estratégia de manobra, que procurava anular a capacidade de resistência do inimigo sem necessariamente destruí-lo fisicamente. O desenvolvimento dos meios tecnológicos, além do aperfeiçoamento dos tanques blindados e dos aviões, permitiram a operacionalização de manobras mais rápidas que frequentemente surpreendiam o adversário, reduzindo-o sem necessidade de chegar ao combate. Somado a isto, a população civil foi incorporada à paisagem bélica, sem seu consentimento e contra sua vontade, tornando-se alvo militar. Tal acontecimento ampliou sobre qualquer limite ético o novo teatro de guerra: tanto o bombardeio de cidades – o bombardeio ao mercado de Guernica durante a Guerra Civil Espanhola foi o delirante presságio do que a Segunda Guerra Mundial depararia – quanto o moral abalado do povo e do exército passaram a constituir elementos que poderiam alterar o equilíbrio de forças entre as potências no desenvolvimento da guerra.

De acordo com o general A. Beaufre, as forças morais dos combatentes e da população são elementos fundamentais no cálculo da estratégia indireta, cujo objetivo primordial é garantir a liberdade de ação. Essa liberdade, para Beaufre, se constrói e se assenta em fatores exteriores à zona de combate, tais como o tempo, a pressão da opinião pública e as táticas psicológicas como a propaganda produzida por «linhas exteriores». A estratégia indireta e a manobra exterior são utilizadas principalmente quando o beligerante se encontra em posição de inferioridade dos meios militares; quando não se tem suficiente informação a respeito do verdadeiro poder de fogo do inimigo; quando ainda tendo a superioridade de meios não quer arriscar ou investir todo poder de fogo no desenlace, ou, finalmente, quando se prefere chegar à paz causando o menor dano possível ao inimigo para alcançar o objetivo político com a menor resistência. Em qualquer dessas alternativas, o comandante que emprega a estratégia indireta buscará compensar aquela inferioridade ou flexibilizar o emprego das forças, evitando perdas de seus efetivos ou diminuindo o castigo do inimigo, sem perder efetividade por meio da ação em um ambiente não circunscrito ao campo de batalhas. De modo geral, no período compreendido entre o advento do Estado nacional e o final da Guerra Fria, o fenômeno bélico pode ser entendido como o enfrentamento de duas ou mais unidades soberanas com vistas a atingir objetivos nacionais: proteger seu território, população e instituições contra a agressão externa ou mesmo expandir seus domínios. A grande particularidade presente na Guerra Fria é que o advento das armas nucleares tornou a estratégia da dissuasão um elemento central, dado que a guerra nuclear bipolar, com a possibilidade da destruição mútua assegurada, destituía a guerra como instrumento válido da política. Fundamentalmente pelo simples fato de que, neste confronto específico, em que não apenas ambos beligerantes, mas toda a civilização poderia ser destruída, provavelmente não restaria um ator político em condições de impor a sua vontade, nem um inimigo vivo ao qual impô-la.

Todavia, frente à impossibilidade de uma guerra nuclear entre os pólos que regiam a geometria de forças dessa era, durante a Guerra Fria os conflitos foram deslocados para a periferia do sistema e o enfrentamento entre as superpotências ocorreu de forma indireta, metamorfoseado nas formas várias de guerras, com as de libertação,

as anticoloniais, as revolucionárias e algumas mais “quentes”, como as da Coreia e do Vietnã. Van Creveld classificou esses conflitos como «guerra de baixa intensidade» (*low intensity war*), apontando que suas principais características são: a) ocorrem em geral nas áreas menos desenvolvidas do mundo; b) raramente todas as partes combatem com exércitos regulares; e c) os meios militares das partes que não combatem regularmente não utilizam equipamento de alta tecnologia (VAN CREVELD 1991: 20). Não obstante, criticamos em outra ocasião esta visão como parcial⁸, as características descritas por este autor estão presentes em muitos dos conflitos que constituem o cenário pós-Guerra Fria e que serão objeto de análises das partes subsequentes.

MARTE E SUAS MÁSCARAS ATUAIS

Com o fim do conflito político e ideológico que dividiu o mundo, muitos países periféricos que eram mantidos sob tutela formal ou informal de uma das superpotências se desintegraram, formando outros Estados, ou entraram em grave crise política, econômica e social. Tais conflitos, pelo confronto social interno que os caracteriza, penalizaram essencialmente os países pobres e em desenvolvimento, principalmente Estados pós-coloniais e pós-socialistas, que entraram em “crises profundas de governabilidade; instabilidade política crônica; desorganização da economia; anomia social; fragmentação ou colapso” (NOGUEIRA 2004: 51). Chamaremos este aspecto dos conflitos contemporâneos a “máscara diluída de Marte”.

Por outro lado, do final da Guerra Fria pareceu emergir um poder militar incontestável, uma força pretoriana nunca antes vista no mundo, capaz – como assegurou em uma oportunidade o então secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld– de

⁸ Em Saint-Pierre (1999: 110-123) analisamos que esse «é um conceito relativo e se refere *precisamente* à relação de força que especificamente os Estados Unidos mantêm naqueles conflitos armados fora de seu território e que requerem um esforço mínimo de seu poderio militar. Foi elaborado para referir-se ao emprego quantitativamente determinado de certo tipo de armamento por parte das forças armadas norte-americanas, particularmente em lutas de contra-insurgência. Chama-se “baixa” seu intensidade por referência à capacidade bélica total dos EUA. Dizemos que é um conceito relativo porque embora para os EUA uma guerra possa significar a utilização de uma capacidade bélica de “baixa intensidade” no emprego dos meios, para a outra parte pode ser de alta intensidade e inclusive total». Veja também Bermúdez (1987).

manter o combate simultaneamente em quatro cenários de guerra diferentes no mundo. Com o maior orçamento para a defesa – nos Estados Unidos, o orçamento dedicado à defesa é maior que praticamente a somatória dos orçamentos dos maiores exércitos do mundo – e um desenvolvimento tecnológico ímpar, a hiperpotência se erige como uma forma armada letal de defender os interesses dos Estados Unidos em todo o orbe. Mas logo ficou claro, quando o deserto iraquiano fez-se pântano sob suas botas, que se bem poderia defender àqueles interesses, essa força, apesar de tudo, não era o suficiente para impô-los. Velhas formas irregulares de guerrear, contando ao seu favor com o tempo e a simplicidade, sem oferecer batalha aberta, começaram a demarcar os limites daquela força, a qual chamaremos a «máscara imperial de Marte», enquanto que as formas de guerrear que a limitam denominaremos «outras máscaras».

A MÁSCARA DILUÍDA E O AMPARO INTERNACIONAL

Enquanto nos momentos descritos anteriormente as principais guerras envolviam as grandes potências que se enfrentavam frequentemente no cenário europeu; a partir de 1989, ou mesmo durante o conflito bipolar, nos casos das guerras anticoloniais e revolucionárias, grande parte dos conflitos foi deslocada para a África, Ásia, América Latina, Caribe e Leste Europeu. Os casos da Somália, Angola, Ruanda, Serra Leoa, Camboja, Haiti e Timor Leste são alguns destes exemplos. Diferentemente dos conflitos interestatais tradicionais, em que as guerras eram declaradas pelos chefes de Estado, que se constituíam em interlocutores identificáveis, reconhecidos, válidos e representativos para manter a política ativa e a diplomacia alerta ainda durante os momentos de maior beligerância, as crises internas, desde então, passaram a emergir do próprio tecido social.

Nestes casos contemporâneos de beligerância intraestatal, muitas vezes não há uma clara identificação dos interlocutores válidos; portanto, tampouco há declaração de guerra formal, não existem campos de batalha definidos nem delimitados, não há uma diferenciação nítida entre combatentes e não-combatentes e estes últimos passam a ser alvo direto da violência generalizada. Dados a

ausência de interlocutores válidos, de bandos beligerantes identificáveis, de guerra declarada, de delimitação das ações, de diferenciação entre combatentes e não-combatentes, tampouco há convenções e normas de proteção ao indivíduo em períodos de conflito armado e sem lei. Obviamente, ante a falta de uma ordem normativa unívoca para o território em questão, resulta difícil, se não impossível, diferenciar com precisão entre o ato bélico, o crime de guerra e o mero crime, entre as consequências não desejadas das ações militares e o genocídio deliberado, resumidamente, distinguir a guerra e o delito. Desta situação resultam várias outras, entre elas, prolongadas guerras civis de desgaste social e esgotamento das economias nacionais, normalmente acompanhadas por crises humanitárias e violações dos direitos humanos, muitas vezes cometida por aqueles mesmos que se apoderaram do aparato estatal e que, portanto, teriam a obrigação de garantir os direitos básicos do cidadão.

Nessas confrontações que ocorrem dentro de fronteiras nacionais, grupos armados, paramilitares, gangues e facções, muitos deles sem cabeças organizativas nem dirigentes representativos visíveis, enfrentam-se utilizando principalmente as táticas da guerrilha e do terrorismo, e negando, portanto, a forma de combate habitual e explícita dos exércitos regulares. Caracterizar esses fenômenos armados como «guerra», no sentido clausewitziano, constituiria um anacronismo, pois não há unidades políticas enfrentando-se em campos de batalha definidos e utilizando técnicas regulares de combate. Talvez termo mais adequado seja «conflito armado», entendido como uma condição na qual grupos de seres humanos – tribos, etnias ou unidades políticas, linguísticas, culturais, religiosas ou socioeconômicas – tornam-se engajados em uma oposição consciente a um ou mais grupos por estarem perseguindo objetivos incompatíveis. (Dougherty e Pfaltzgraff 2001: 188-189).

Mary Kaldor (2001: 6) denomina os conflitos que ocorreram no final da década de 1980 e durante a década de 1990, principalmente na África e Europa Oriental, como «novas guerras». «Novas» para diferenciá-las dos fenômenos bélicos que ocorreram no período anterior; e «guerras» para enfatizar a natureza política desde tipo de violência organizada, empreendida por grupos que reivindicam poder com base em identidades, sejam elas nacionais, religiosas, linguística ou tribais. Em alguns desses conflitos, é possível

afirmar que a autonomia estatal foi desintegrada, ocasionando a perda do monopólio da violência e, conseqüentemente, a univocidade jurídica. Nesses casos, instala-se uma situação de anarquia dentro desses territórios que passaram a ser denominados «Estado colapsado» ou seja, incapazes de garantir as mínimas condições de vidas aos seus cidadãos.⁹

De acordo com La Maisonneuve, os principais fatores que influenciaram a crise do Estado, entendido como uma realidade histórica e política, são a multiplicação desta entidade em consequência das sucessivas ondas de independência e separatismo, assim como a degradação do modelo sobre o qual foi instituído. A multiplicação dos Estados foi acompanhada pela exportação do modelo de “Estado-nação”¹⁰ ocidental, tipicamente europeu, para contextos socioculturais muito diferentes, sobretudo quando consideramos a concepção de homem e de sociedade que prevalece em regiões da África e da Ásia. Este processo desencadeou focos de tensões e crises, revelando a incapacidade daquelas unidades decisórias de exercer sua soberania tanto internamente, garantindo a prevalência do estado de direito dentro de seu território, quanto externamente, fazendo reconhecer e valer seus direitos frente aos outros Estados do sistema internacional.

⁹Neste caso, gostaríamos enfatizar a diferenciação entre “Estados Falidos” e “Estados Colapsados”. O primeiro refere-se a casos em que há um território soberano que no entanto é incapaz de garantir as mínimas condições de vida aos seus cidadãos. Já o segundo refere-se a situações em que há a perda do monopólio legítimo da violência, ou seja, casos de desintegração política. Para maiores informações, consultar o relatório “Failed and Collapsed States in the International System”, produzido por African Studies Centre (Leiden), Transnational Institute (Amsterdã), NEP/CES (Coimbra), CIP (Madri). Disponível em <<http://www.tni.org/reports/failedstates.pdf>>, acesso em 12/10/07.

¹⁰ Para Ulrich Beck, esta arquitetura política que veio historicamente como um âmbito de neutralidade para pacificar as guerras religiosas despolitizando-as terminou por conter nos seus termos “Estado” e “Nação” os elementos que posteriormente constituiriam a polaridade da nova conflictividade que sangra a atualidade política. Com efeito, para ele, os conflitos contemporâneos são entre os Estados e as nacionalidades, como se aquele já não fosse suficiente para conter as identidades nacionais, ou se estas identidades foram procurando sua consolidação e fortalecimento em oposição à identidade racional e abstrata do Estado. Ver deste autor: *La sociedad del riesgo mundial*. En busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2008; também *Poder e contrapoder em la sociedade global*. Barcelona: Paidós, 2002; e do mesmo em co-autoria com GRANDE, Edgar: *La Europa Cosmopolitia*. Sociedad y Política em la Segunda Modernidad. Barcelona: Paidós, 2006.

Neste ambiente, que abriu espaço para a proliferação da violência em suas formas mais primitivas, temas como violação dos direitos humanos, genocídio, limpeza étnica, fluxos migratórios e de refugiados passaram a ocupar lugar de destaque na agenda internacional. O desenvolvimento e a propagação dos meios de comunicação permitiram que cada vez mais pessoas se sensibilizassem com cenas que revelavam a face cruel dos conflitos que assolavam povos miseráveis e desamparados. Este despertar de consciências fez com que a sociedade internacional exigisse uma resposta firme à esta «máscara diluída de Marte», principalmente por parte dos organismos multilaterais preocupados com a manutenção da paz e segurança internacionais. Dentro destas organizações, a ingerência nos conflitos intraestatais desencadeadores de crises humanitárias foi autorizada, ou pelo menos justificada, naqueles casos em que o Estado era incapaz de garantir os direitos básicos de sua população, ou quando o próprio governo era o perpetuador de atrocidades.

A Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu a liderança do amparo institucional à «máscara diluída». Kaldor (2001:16) compara o trabalho do Secretário-Geral da ONU na mobilização de forças armadas dos Estados membros para constituir as forças de paz ao papel dos monarcas na época da formação dos Estados modernos quando convocavam os senhores feudais a armar coalizões para ir à guerra.

A década de 1990 assistiu à grande proliferação das operações de manutenção da paz: o Conselho de Segurança da ONU autorizou tantas novas missões que o número triplicou em relação às quatro décadas anteriores. Este processo de expansão do amparo internacional à «máscara diluída de Marte», no qual se constata também a atuação de organizações não governamentais (ONGs) e de grupos da sociedade civil organizada, foi acompanhado por uma série de desafios que revelaram o despreparo para dar uma resposta adequada à emergência dos conflitos intraestatais.

A mediação de conflitos no interior dos Estados confronta os princípios tradicionais do sistema westfaliano – soberania, independência e não-intervenção nos assuntos internos – e até mesmo naqueles casos em que o Estado é considerado «colapsado» existe um limite que se impõe às atividades de manutenção da paz. Não obstante o esforço da ONU para adaptar-se a este novo quadro internacional, representado pela evolução das operações de paz

tradicionais para as missões com mandatos multidimensionais¹¹, a organização enfrentou dificuldades para respeitar os fundamentos que no período anterior garantiam certa legitimidade às intervenções: respeito à soberania estatal, imparcialidade da missão, consentimento das partes em conflito e uso da força somente em autodefesa. Kofi Annan, ex-Secretário-Geral da ONU, argumenta que a organização enfrenta um dilema moral quando se depara com a decisão sobre intervir ou não em conflitos armados internos a um Estado, já que a pedra basilar do sistema internacional é o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência política estatal (Annan 1998: 56-57). Neste caso, Annan sugere que o entendimento do conceito de soberania sofre uma transformação significativa, sendo observado de uma perspectiva diferenciada: "soberania como uma questão de responsabilidade, e não somente de poder".¹²

O recurso ao uso da força por parte dos capacetes azuis, nome pelo qual são conhecidas as tropas da ONU, também sofreu transformações para se adaptar às características dos conflitos intraestatais. Nas missões tradicionais, que objetivavam a interposição das tropas entre as partes beligerantes até que estas acordassem e cumprissem o cessar-fogo, o uso da força era permitido somente no exercício da autodefesa em situações extremas. No entanto, de acordo com Cardoso (1998:28), nas operações mais recentes, principalmente aquelas que incluem proteção à prestação de assistência humanitária, se adaptou a restrição ao uso da força às necessidades da operação. Estendeu-se a ação impositiva às situações que exigiam a remoção de obstáculos que se interpunham ao cumprimento do mandato, sobretudo devido à ação de grupos armados irregulares e gangues que dificultam a distinção entre bandidos e os interlocutores válidos que garantiam o pactuado. Dessa forma, a ONU, que antes era encarada como um mediador amparado pela neutralidade de suas forças, passou a ser muitas vezes considerada parte do conflito.

¹¹ As operações de paz tradicionais objetivavam monitorar cessar-fogos, tréguas e armistícios, patrulhar fronteiras e zonas de exclusão militar, apoiar a retirada de tropas e acompanhar as negociações para a assinatura de tratados de paz. As operações multidimensionais, características do período pós-Guerra Fria, são aquelas orientadas à prestação de ajuda humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública, restauração da infraestrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais. Para maiores informações, consultar Bellamy et al. (2004) y Fontoura (1999).

¹² Tradução nossa. Ibid. p. 57.

Os maiores insucessos das missões de paz ocorreram justamente em missões que foram transformadas em *imposição da paz* devido à falta de consentimento das partes em aceitar a mediação da ONU, ou ao recrudescimento do uso da força por parte do componente militar das operações de paz, a exemplo do que ocorreu na Somália (Operação das Nações Unidas na Somália II – UNOSOM II), em Ruanda (Missão de Assistência das Nações Unidas a Ruanda - UNAMIR) e na Bósnia-Herzegovina (Missão das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina – UNMIBH).

Após o retumbante fracasso de tais operações, a ONU diminuiu consideravelmente a aprovação de novas missões de paz e encomendou a um grupo de peritos internacionais uma revisão destas. Os resultados destes estudos estão expostos no *Relatório Brahimi*¹³, que examina o funcionamento e as mínimas condições necessárias para o desenvolvimento de uma operação de paz, tentando aumentar sua efetividade e capacidade de resposta rápida aos conflitos.

Consideramos que não é a diminuição da emergência de conflitos acompanhados de crises humanitárias, mas sim um resultado direto do fracasso das missões de paz com mandatos coercitivos, que poderia explicar a desaceleração da implementação de novas missões ao final da década de 1990 e início de 2000.

Assim que assumiu o posto de Secretário-Geral da ONU, em janeiro de 2007, Ban Ki-moon comprometeu-se em fortalecer o trabalho da organização nas questões de paz e segurança internacional, com especial atenção às missões de paz. Conforme sua perspectiva, o aumento dos conflitos no mundo gera uma demanda crescente por novas operações de paz, principalmente na África, onde as missões deverão aumentar consideravelmente nos próximos anos.¹⁴ A questão que se torna evidente é se a organização, tendo em vista a natureza multidimensional dos conflitos intraestatais desencadeadores de crises humanitárias, se esforçará para não repetir os erros do passado e repensará a adequação jurídica, doutrinária e técnica das operações de paz.

¹³ United Nations. *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. Disponível em <http://www.un.org/peace/reports/peace_operations> Acesso em 20 de Abril de 2006.

¹⁴ Discurso do Secretário-Geral das Nações Unidas na reunião do Conselho de Segurança sobre ameaças à paz e segurança internacional, ocorrida em 8 de Janeiro de 2007. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/infocus/speeches/search_full.asp?statID=57> Acesso em 18 de Junho de 2007.

A MÁSCARA IMPERIAL E AS OUTRAS MÁSCARAS

Leon Trotsky (1973) afirmava que após uma prolongada guerra civil os bandos começavam a aproximar-se e a compartilhar as mesmas estratégias, as mesmas táticas e os mesmos meios. Ele tinha em mente uma guerra civil na qual um exército de milicianos e guerrilheiros enfrentava um exército regular, e considerava que, em determinado momento da guerra, o primeiro transformava-se lentamente até assemelhar-se, em termos genéricos, àquele ao qual combatia. Trotsky notou esse efeito quando o Exército Vermelho enfrentou os exércitos «burgueses» europeus.

Nesta última máscara de Marte, os adversários parecem confrontar-se em posições políticas, estratégicas, táticas e técnicas as mais opostas possíveis. Longe de converter-se em uma máscara resultante da assimilação recíproca, o efeito mais parece uma sobreposição de máscaras que se encontram pela diferença. O abismo tecnológico forjado entre a hiperpotência e qualquer outra unidade decisória é de tal magnitude que a mera ideia da confrontação bélica com os mesmos meios nos parece ridícula, senão espantosa.

A «máscara imperial » de Marte, em sua onipotência, transformou o mundo no cenário de sua segurança nacional e a guerra em uma odiosa campanha punitiva. Privados de suas «máscaras marciais», os outros Estados buscam máscaras que ocultem suas vulnerabilidades sem chegar a serem provocativas, quase cômicas ante sua inocultável impotência. Não obstante, a impotência dos Estados ante a prepotência do império resulta em uma porosidade institucional que permite a emergência de outros atores que vistam, desta vez, a pavorosa máscara do terror e as «outras máscaras» de Marte.

O desenvolvimento tecnológico, econômico e a capacidade de fogo da hiperpotência chegou a tal ponto de concentração e evolução que nenhuma outra força possui condições de opor-se com alguma expectativa de êxito. Esta é a situação posterior à era da bipolaridade das relações de força: o surgimento de um poderoso exército bélico, superalimentado com o maior orçamento de defesa jamais visto, maior que a soma de todos os orçamentos de defesa das principais potências mundiais; uma força militar que aplica tal montante ao desenvolvimento de tecnologias de ponta que permitem abater o

inimigo antes mesmo que este consiga perceber de onde vem o golpe; capaz de interferir, bloquear ou anular as comunicações e o comando das forças inimigas; com uma aviação quase invisível equipada com bombas inteligentes; com uma marinha de superfície e submersa, nuclear e convencional, que ocupa todos os oceanos do planeta. Em poucas palavras, um exército invencível que pode levar, e com frequência leva, a dois erros de análise: a) pensar na existência de uma única força bélica no mundo, e b) pensar que esta força pode impor sua vontade política a qualquer um, em qualquer lugar o planeta e em qualquer momento.

Esta situação levou alguns analistas de relações internacionais e de conflitos – aqueles propensos a aderir com facilidade a novas nomenclaturas – a embriagar-se com as palavras como se estas possuíssem a mágica condição de construir realidades, apressando-se em aplicar o conceito contraditório de «monopolaridade»¹⁵ a uma nova situação de correlação de forças que tenciona a epiderme política do mundo. Do ponto de vista da linguística, o próprio conceito constitui uma *contradictio in abstracto*, porque a máxima concentração da polaridade é diádica; não existe nada parecido com uma polaridade monádica.

Se do ponto de vista conceitual tal ideia é contraditória, da perspectiva da filosofia política tampouco se sustenta, já que o próprio fundamento último da força é sua alteridade.

Com efeito, aquele que oferece sentido ao exercício da força é a existência do «outro» ameaçante e que pode combater; daquele que, desde sua alteridade, emprega a força para ameaça minha existência.¹⁶

¹⁵ No artigo opinativo «A nova (dês) ordem mundial», publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1992, nos referimos pela primeira vez a esse equívoco indicando que «alguns comentaristas, aqueles que por fadiga de pensar aderem facilmente às modas, imaginaram que, após a queda do muro e da atitude conivente dos soviéticos durante a Guerra do Golfo, nada impediria a concentração absoluta da força. Ignorando que por essência a força implica em sua alteridade, chegaram ao absurdo conceitual: “monopolaridade”, como se a polaridade pudesse ser monádica!».

¹⁶ Discutimos este tema com maiores detalhes em Saint Pierre, Héctor. «La centralidad del concepto de “enemigo” en la teoría de la soberanía de Carl Schmitt». Em J. Dotti y J. Pinto (compiladores). *Carl Schmitt. Su época y su pensamiento*. Buenos Aires: Eudeba, 2002.

Dessa maneira, poderíamos dizer que a existência de uma força denuncia a existência de outra ou outras forças adversas que a justificam e a dão sentido e, por outro lado, a *máxima polaridade é a diádica*. Neste caso, um dos polos é a concentração de força e o outro a reação ou resistência a ela. Esta reação ou oposição de força pode concentrar-se em um único polo, constituindo uma relação diádica com a anterior, ou diluir-se em múltiplas outras fontes. A força pode concentrar-se ou diluir-se, buscando a melhor eficácia de acordo com a natureza da resistência. Mas também podem existir duas forças mais ou menos equivalentes em termos de capacidade e uma terceira que, ainda que possa ser claramente inferior a elas, joga seu peso estratégico pela aliança ou pela ameaça de aliança com uma daquelas, o que poderia definir a correlação de forças resultante pesando no fiel da balança estratégica. Esta alternativa, nos conta Tucídides com incomparável beleza e precisão, foi a que angustiou a reflexão dos atenienses e os arrastou à guerra do Peloponeso.

Como pai da historiografia científica, Tucídides nos obrigaria a buscar na própria história a comprovação empírica daquele conceito de «monopolaridade». Mas do ponto de vista histórico tampouco essa concepção que defende a «monopolaridade» das relações de força possui crédito. Houve de fato outros impérios – na realidade, a palavra *império* é mais adequada do ponto de vista conceitual para descrevermos a situação das relações de força do sistema internacional em que uma potência reina hegemonicamente sobre todas as outras – na história da humanidade e quase todos se mantiveram também, quando não unicamente, pelo exercício da força. Não obstante, podemos nos perguntar: por que, se reinavam soberanos, precisariam da força para manter sua hegemonia? Porque em todos os casos houve resistência à vontade imperial. Todos esses impérios caíram: alguns corroídos por violentas lutas contra forças adversas, enquanto em outros casos essas mesmas forças tiveram papel coadjuvante.

Mas o certo é que se o exercício dessas forças de resistência ao império não estivessem presentes, tais impérios não teriam a necessidade de contar com uma força imperial para se impor pela violência. Todavia, podemos pensar, invocando as lapidares palavras de Duroselle (1998), que assim como aqueles «todo outro império perecerá».

Assim como em outros exemplos históricos, a existência de forças que contestam a nova máscara imperial de Marte também se manifesta atualmente na projeção das forças armadas norte-americanas em tantos pontos do mundo. Que essa projeção de forças não é meramente ornamental se constata tragicamente: é possível ver nos aeroportos das metrópoles do império o lúgubre retorno dos soldados em féretros lacrados, ainda que as imagens incomodem.

Podemos afirmar que, não obstante a «máscara imperial» de Marte seja uma força mais que suficiente para defender os interesses do império em qualquer lugar do mundo onde estes possam sentir-se ameaçados, ela não é suficiente para impô-los. Em rigor, essa máscara convive com outras máscaras pelas quais também se manifesta o pertinaz Marte. Referimo-nos à pavorosa «máscara do terror» que, com o patético gesto da tragédia, aparece onde não se espera e alcança a notoriedade que não merece. Esta máscara se especializa em turvar o aspecto imperturbável da «máscara imperial» e, em alguns momentos, como no 11 de Setembro, o consegue de maneira incontestável.

Como forma de reagir a essa perturbação, o império tentou fazer prevalecer a «máscara imperial» de Marte iniciando, com uma aliança de países *ad hoc*, uma invasão do tipo convencional sobre o Afeganistão, como primeira atitude para recuperar sua credibilidade interna,¹⁷ para posteriormente lançar-se sobre o Iraque. Contudo, o sorriso sombrio da «máscara imperial» durou pouco. Rapidamente ficou claro que, como desde sempre sabemos, a estratégia não pode limitar-se a pensar na vitória nos combates, porque a estratégia não se realiza plenamente com vitória militar, mas sim com a consolidação da paz. Talvez já era demasiadamente tarde quando notaram que, para este momento da estratégia, para o momento da consolidação da paz, a aliança havia se limitado a distribuir botim de guerra com a reconstrução do país e a exploração do petróleo, e que o deserto que os soldados do império ocupavam estava se transformando em pegajoso pântano bem embaixo de suas botas. O que aparentemente

¹⁷ Na realidade, com o discurso de 13 de Setembro, no qual declara a «guerra ao terrorismo», Bush consegue tencionar novamente o tecido social norte-americano, que havia sido aflorado pelo atentado de 11 de Setembro. Referimo-nos a este efeito psicosocial do discurso terrorista de Bush —«aquele país que não se comprometer com a guerra contra o terrorismo será considerado inimigo e combatido até a morte»—. Em «A necessidade política e a conveniência estratégica de definir "terrorismo"». Saint Pierre, Héctor. *Ideias*, ano 10 (2), Campinas, Ed. Unicamp, 2003, especialmente as pp. 156 e ss.

não haviam pensado em seus cálculos estratégicos é que, com o exercício inconsequente da «máscara imperial» de Marte, poderiam estar abrindo a caixa de Pandora das múltiplas «outras máscaras», algumas delas apavorantes.

Após a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, La Maisonneve afirmou que, frente aos acontecimentos, estava definitivamente claro que nenhum exército convencional teria condições de opor-se à vontade da grande potência. Opinava este analista que, ante tal constatação, aos países que pretendem ser soberanos restam apenas duas alternativas: ou saltar ao equilíbrio «democratizante» do átomo, para aqueles aptos a desenvolver essa tecnologia ou comprá-la no mercado negro, ou, para os países pobres que não contam com essa possibilidade, descender à guerra sub-clássica, a saber, à guerra de guerrilhas e às táticas terroristas, a mal denominada “guerra de baixa intensidade”,¹⁸ a guerra insurrecional,¹⁹ a guerra assimétrica, como preferem chamá-la outros especialistas.²⁰

O que se vê no Afeganistão e no Iraque é a expressão histórica da advertência lançada por La Maisonneuve. Duas alianças militares que reúnem em suas filas as mais poderosas potências do âmbito internacional, que contam com o maior, mais moderno e melhor equipado exército do mundo, braço armado da hiper-potência que emergiu solitariamente triunfante da mais prolongada guerra do século passado, encontram-se empantanadas em duas guerras cruéis e prolongadas, sem a possibilidade de alcançar a paz depois de haver infringido inúteis (e por tanto contraproducentes) fortes baixas em ambas as vitórias militares.

¹⁸ Criticamos este conceito por sua parcialidade e propomos empregar o termo *contrainsurgência* em Saint-Pierre (1999: 120-121).

¹⁹ Discutimos este tema com detalhes em Saint-Pierre, Héctor. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, EDUNESP, 2000.

²⁰ Ver, entre outros, Courmont y Ribnikar (2002).

Embragados pelo emprego maciço da força e ante a facilidade de uma vitória contundente, se concentraram na ordem das batalhas e no clima de guerra, mas se esqueceram do sensato ensinamento de Liddell Hart:

Em quanto o horizonte da estratégia é limitado pela guerra, a grande estratégia olha mais adiante, se preocupando com os problemas da paz subsequente. Emprega os instrumentos necessários à condução da guerra e intenta evitar os danos, tendo em vista a paz, se preocupando com a segurança e a prosperidade. (1982: 407).

Alguns governos preferem não visitar o passado para não desperdiçar a energia que consomem em sua projeção do futuro, as vezes compelidos pelo «destino manifesto». São aqueles que teimam repetir seus erros. Não há estudos nem formulação estratégica que possam prescindir do passado histórico; quem não reflete sobre este, tanto sobre os êxitos como sobre os fracassos, sobre como aqueles foram obtidos e sobre por que estes não foram evitados, navegará sem rumo e sem bússola em direção ao futuro –porque quem está no tempo está condenado ir para o futuro–, **mas não em direção a um objetivo**. Não se pode almejar a conquista de «mentes e corações» depois de tê-los crivado a balas. Quem não pensa seriamente e não respeita a história e a cultura de um povo antes de invadi-lo, não poderá conquistá-lo, não poderá planejar o convívio político com essa sociedade mesmo após uma vitória militar incontestável. Quem apenas pensa na vitória **na** guerra não conseguirá planejar nem realizar os objetivos **da** guerra, a saber, a paz e a concórdia, sem as quais nenhuma guerra vale a pena. Por isso as guerra no Afeganistão e no Iraque estavam perdidas antes mesmo dos vitoriosos ataques militares; porque quem estava no comando esqueceu que toda guerra é política, assim como também o são as suas consequências.

Tais guerras fracassaram no mesmo momento da gênese de sua concepção estratégica porque: a) não obstante se possa e enquanto tal deve-se combater o terrorismo, **a «guerra», no**

sentido estrito do termo, não é o instrumento adequado nem eficaz para fazê-lo;²¹ b) não se pode almejar que os países assumam como própria uma guerra, e se lancem nela sem –ou inclusive contra– a aprovação de sua legitimidade por parte da sociedade nacional e também internacional; c) não se faz uma guerra sem ter em vista o horizonte político desta, ou seja, ter a certeza de que se poderá lograr a convivência pacífica que permita a **governabilidade dos territórios conquistados**; d) não se destrói impunemente uma cultura milenar (nenhuma cultura!) apenas para lucrar com a reconstrução, porque **culturas não se reconstroem**.

Por outro lado, os que sabem aproveitar os ensinamentos da história são aqueles que, ou bem possuem uma larga história que explica sua cultura, ou não podem, por suas condições econômicas ou políticas, permitir-se errar em suas projeções acerca do futuro. As duas condições estavam presentes nos campos de batalha escolhidos pela hiperpotência. Pelo ponto b) descrito anteriormente, as tropas que invadiram o Iraque foram perdendo terreno nas «linhas exteriores» da opinião da sociedade internacional e, conseqüentemente, foram entregando sua liberdade de ação, objetivo primordial da estratégia, como diria o general Beaufre²².

Hoje o deserto se transformou em pântano para as forças invasoras e o problema já nem sequer recai sobre a permanência ou retirada do território invadido, senão sobre como executar a retirada sem sofrer enormes baixas e sem reconhecer a reedição do fracasso. Como que ofendido ante o descaso com a estratégia, Marte cobriu a imperturbável máscara do império com outras esquecidas máscaras

²¹ Referimo-nos a esta particularidade em várias oportunidades, entre elas no IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, realizado em Buenos Aires em 17 de Setembro de 2001. Também expressamos esta idéia em vários textos, entre eles, Saint Pierre, Héctor. «¿Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir el terrorismo». En E. López (compilador). *Escritos sobre terrorismo*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

²² O pensamento estratégico deste autor oferece uma alternativa clara e inteligente à história do pensamento estratégico. Ver: *Stratégie de l'Action*. París: Librairie A. Collin, 1966; *Introduction a la strategie*. París, Centre d'Etudes de Politique Strategere. Librairie Armand Colin, 1965 (existe uma boa tradução para o português pela Biblioteca do Exército) e *Dissuasion et strategie*. París: Librairie Armand Colin, 1964 (Tradução para o espanhol pela Editora Pleamar de Buenos Aires)

que foram deformando o soberbo sorriso imperial até convertê-lo num inocultável *rictus* de espanto. Desde a simples resistência popular, a antiga insurreição, a estudada guerrilha e o preocupante terrorismo – isto é, a guerra de desgaste constante, prolongada e de intensidade variável – são as cores que agora pintam a atual máscara de Marte.

As unidades decisórias cuja situação sociopolítica e econômica não as permitem estabelecer o equacionamento das relações de força ou posicionar-se autonomamente neste, nem tampouco ingressar ao exclusivo clube nuclear, deverão beber na história para encontrar a saída ao dilema estratégico proposto por La Maisonneuve: como exercer autonomia decisória e defender os interesses nacionais ante a vontade de uma potência inquestionavelmente superior?

A ESTRATÉGIA DA DISSUAÇÃO PELA RESISTÊNCIA CONTRA A MÁSCARA DO IMPÉRIO

Frente a esta pertinente interrogação, atualmente alguns exércitos começaram a reconhecer sua impotência convencional frente à configuração da hipótese de ter que enfrentar uma magnitude de forças contra a qual pouco se possa fazer para evitar a derrota, mesmo entrando numa corrida para incorporar novas tecnologias bélicas (que teriam que comprar daquelas potências que, obviamente, nunca permitiram que países emergentes compradores se equiparem ao seu próprio potencial de força). Parte-se da constatação de que, independentemente do esforço bélico aplicado para evitar a invasão e o domínio militar do inimigo, quando este possui capacidade militar exageradamente maior, finalmente conseguirá uma vitória militar com maior ou menor desgaste ou mesmo aniquilamento das forças de defesa. Não obstante, ainda que a força nacional pouco possa fazer para impedir a invasão de uma potência militar superior, não se pode abdicar de pensar na Defesa Nacional admitindo a impotência da estratégia. Pelo contrário, ante a possibilidade dessa circunstância é que o pensamento estratégico mostra sua dimensão e importância, quando inteligência, ousadia, criatividade e engenho dos homens que têm a responsabilidade da defesa do país são convocados a servir os interesses basilares da nação.

Não se ganha uma guerra repetindo as táticas e estratégias que levaram à vitória na última deflagração, pois dessa experiência todos os atentos apreenderam, também o inimigo. A próxima guerra será ganha com novas táticas e desenhos estratégicos que consigam adequar as capacidades e potencialidades às circunstâncias do momento. Por isso, conscientes de que não podem impedir a invasão de uma potência em relação de força extremamente desfavorável, os estrategistas direcionam seu esforço militar não para evitar a invasão do agressor, mas para desestabilizar a consolidação da força invasora no território nacional; desgastar, exigir um empenho militar contínuo do inimigo usando ataques permanentes, de baixa intensidade, incontroláveis; provocar baixas nas tropas adversárias, poucas, mas contínuas; dificultar a permanência do inimigo e colocar travas à maquinaria que o permitiria administrar a vitória militar. A tese então é: **o inimigo pode chegar à vitória militar, mas não ganhará a guerra de ocupação**; em outras palavras: **entregar a guerra, mas impedir a paz**.

Neste desenho político de Defesa Nacional, é chave poder contar com o apoio de toda a população neste esforço, pois ela fornecerá a logística específica para este tipo de guerra. A peça militar central do dispositivo estratégico são os quadros de oficiais com capacidades necessárias para manter ativo e eficaz o emprego legítimo da violência, ou seja, a defesa nacional frente ao invasor. A legitimidade desta força é relevante no quadro geral da estratégia. Ela é o combustível da ofensiva política travada nas «linhas exteriores»,²³ sobre a opinião internacional e os organismos internacionais multilaterais, como a ONU, nos quais buscam defender a própria causa e desacreditar a do invasor, para deixar este sem o apoio internacional para sua aventura e com a opinião pública contra.

Portanto, ao mesmo tempo em que os oficiais das forças armadas resistem militarmente em regime de clandestinidade, na temporalidade prolongada da estratégia e com logística popular; os quadros políticos e diplomáticos do governo, clandestino em seu próprio território, manejam a grande estratégia política à ofensiva e de maneira internacionalmente visível por «linhas exteriores». Pode-se dizer que esta estratégia de resistência é **ofensiva em seu nível político, defensiva no âmbito estratégico** – não se pode expor as forças

²³ No sentido que dá a este termo o general A. Beaufre (1982) e não no sentido de Liddell Hart (1982).

combativas ao enfrentamento direto e aberto contra um invasor militarmente mais poderoso –, mas **ofensiva e defensiva em seu nível tático**. A atitude da força de resistência é a agressão difusa e permanente, sem criar trincheiras nem frentes de combate, golpeando e retirando-se: a clandestinidade é o ambiente no qual se move a resistência do governo nacional.

Mas esse desenho estratégico não é novo. Durante a Guerra Fria, a neutralidade sueca se manteve sobre uma dissuasão original: os suecos estavam conscientes de que, no caso de estourar uma Terceira Guerra Mundial, uma ofensiva de um dos grandes blocos de força estaria propensa a – ou não teria alternativa a – passar por seu território. Assim, eles sabiam que as forças do Pacto de Varsóvia ou da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) teriam que deslocar parte de seus exércitos pela Suécia, com ou sem seu consentimento. Frente à possibilidade de perder soberania, a estratégia sueca consistiu em se dispor a perder até o último dos seus cidadãos na concepção estratégica. Não para ganhar a guerra – coisa impossível pela correlação de forças com esses possíveis invasores –, mas para cobrar muito caro o pedágio estratégico de quem decidisse passar por seu território. Dessa maneira, a Suécia esperava que os dispositivos estratégicos polares considerassem seriamente os custos de quebrar sua neutralidade e que, ante a tenacidade de seu povo, decidissem passar por outro lado. A atitude dos suecos teve um considerável peso dissuasório nos cálculos estratégicos do invasor.

Existem dois tipos de “dissuasão” reconhecidos na literatura dos estudos estratégicos: a nuclear e a convencional. A primeira é absoluta e se fundamenta na possibilidade da destruição mútua assegurada.²⁴ Com efeito, a certeza de que o início de um ataque nuclear desataria a fúria do outro polo manteve congelado, durante quase meio século, o gatilho nuclear que ameaçava o mundo. A segunda é relativa e se fundamenta em percepções. Trata-se de convencer o adversário de que sua tentativa de agressão pode resultar em uma derrota estrondosa, e dessa maneira dissuadi-lo de qualquer intento de invasão. Esta estratégia foi o fundamento da política do equilíbrio de poder que manteve a balança europeia após a Paz de Westfália.

²⁴ Talvez as páginas mais claras e conhecidas sobre este tema sejam as escritas pelo general André Beaufre (1980).

Todavia, hoje presenciamos um ordenamento estratégico da defesa que objetiva a dissuasão do eventual inimigo, mas que não se fundamenta nem na antiga balança de poder convencional nem na ameaça nuclear, mas na promessa de resistir à invasão a partir da clandestinidade e por todos os meios, desde greves e boicotes até a guerra de guerrilhas e os atos terroristas. Denominaremos este desenho como **"Estratégia da Resistência Dissuasória"** ou **"Estratégia da Dissuasão pela Resistência"**. Esta propõe não perder os quadros militares na tentativa de impedir uma invasão inevitável nos primeiros combates, porque precisará destes mesmos quadros para vencer a "Guerra de Libertação". **Sua fortaleza consiste em manter a vontade de resistir e de não abdicar a soberania decisória, o que significa organizar a força que dificultará a permanência no território e o exercício da administração estatal por parte do invasor.**

As duas peças fundamentais desta estratégia são a) oficiais das forças armadas altamente capacitados e treinados, e b) o apoio irrestrito, decidido e permanente da sociedade nacional, que oferecerá a logística para a resistência clandestina. **A logística da estratégia da "resistência dissuasória" se encontra no próprio povo,** consciente do importante papel que desempenha na longa luta contra o invasor na doutrina de Defesa Nacional. **Com oficiais bem preparados e armados, com uma doutrina adequada para este tipo de guerra e em comunhão pré-estabelecida com as forças sociais da nação, a formulação desta estratégia impedirá, mediante o exercício de uma resistência prolongada e baseada no apoio popular, que o inimigo consolide uma paz imposta posterior à invasão.**

Certos exércitos, entre eles alguns latino-americanos, de maneira mais ou menos explícita ou tacitamente, já estão discutindo – se não ensaiando – esta concepção estratégica, fundada em uma cuidadosa leitura da história da guerra e da estratégia, sem preconceitos, atenta às vulnerabilidades e potencialidades nacionais, e baseada em um harmônico relacionamento entre civis e militares, conscientes de que a defesa é um direito e um dever de toda a nação. Deste ponto de vista, o bom relacionamento entre civis e militares não é apenas uma preocupação do correto funcionamento do sistema democrático, mas também a inviolável fórmula da concepção estratégica da sua defesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos em Periódicos

SAINT-PIERRE, H. «Chiapas: O paramilitarismo como vetor da guerra de contrainsurgência». *Crítica Marxista*, vol. 1, n.º 9, São Paulo, Xamã, 1999, p 110 – 123.

Capítulos de Livros

ANNAN, Kofi A. *Peacekeeping, Military Intervention, and National Sovereignty in Internal Armed Conflict*. En Jonathan Moore (editor). *Hard Choices: Moral Dilemmas in Humanitarian Intervention*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998.

MACHIAVELLI, N. *Il Principe* In: Tutte le Opere [a cura di Mario Martelli]. Firenze: Sansoni Editore, 1971, p. 255-298.

NOGUEIRA, João P. «Ética, terror e soberania: questões para a teoria das Relações Internacionais». En GOMES, José María (organizador) *América Latina y el (des)orden global neoliberal: hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004,,p 45 – 58.

TROTSKY, L. «Guerrilla y ejército regular». En *Escritos militares. Ejércitos, milicias, guerrillas*. Buenos Aires: Amaicha, 1973, p 116 - 123.

Livros

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

_____. *Estudos Políticos*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BEAUFRE, A. *Disuasión y estrategia*. Buenos Aires: Pleamar, 1980.

_____. *Introducción a la estrategia*. Buenos Aires: Struhart & Cia, 1982.

BELLAMY, Alex; Paul J. WILLIAMS y Stuart GRIFFIN . *Understanding Peacekeeping*. Cambridge: Polity Press, 2004.

BERMÚDEZ, L. *Guerra de baja intensidad. Reagan contra Centroamérica*. México D. F.: Siglo XXI, 1987.

BULL, H. *A sociedade anárquica*. Brasília: Universidad de Brasília, 2002.

CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão y Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COURMONT, Barthélémy y Darko RIBNIKAR. *Les guerres asymétriques. Conflits d'hier et d'aujourd'hui, terrorisme et nouvelles menaces*. Paris: Puf, 2002.

DOUGHERTY, James E.; Robert Jr. PFALTZGRAFF. *Contending Theories of International Relations. A comprehensive survey*. 5.^a ed. New York: Longman, 2001.

DUROSELLE, J. B. *Todo imperio perecerá. Teoría sobre las relaciones internacionales*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse de. *O Brasil nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 1999.

GOMES, José María (organizador) *América Latina y el (des)orden global neoliberal: hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in Global Era*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

LA MAISONNEUVE, E. de. *Metamorfosis de la violencia. Ensayos sobre la guerra moderna*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

LUTTWAK, E. *Parabellum. La estrategia de la paz y de la guerra*. Madrid: Ed. Siglo XXI, 2005.

LIDDELL HART, B. H. *As grandes guerras da História*. São Paulo: IBASA, 1982.

MOORE, Jonathan (editor). *Hard Choices: Moral Dilemmas in Humanitarian Intervention*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998.

NYE, Joseph. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. 3.^a ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

PARET, Peter (organizador). *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

SAINT-PIERRE, H. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

VAN CREVELD, Martin. *The Transformation of War*. New York: The Free Press, 1991.

UMA PAZ NÃO-KANTIANA? SOBRE A PAZ E A GUERRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Paulo Roberto de Almeida*

RESUMO

Em 1948, Raymond Aron, convencido dos impasses da Guerra Fria, formulou um diagnóstico por ele confirmado três décadas depois: “paz impossível, guerra improvável”. Uma leitura não-kantiana dos problemas da paz e da guerra atualmente – isto é, não condicionada aos sistemas políticos dos contendores, mas situada na tradição aroniana – poderia introduzir novas reflexões sobre a natureza dos conflitos contemporâneos. As possibilidades de conflito aberto entre as grandes potências retrocederam em relação ao panorama de guerras totais, de estilo clausewitziano, que Aron contemplava em sua época. Mas não estamos sequer próximos de qualquer tipo de paz “kantiana”. O cenário estratégico poderia ser resumido numa paráfrase da afirmação aroniana: paz possível, conflitos prováveis.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra. Paz. Globalização. Conflitos contemporâneos.

*Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira; Professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); Professor colaborador no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores (www.pralmeida.org; pralmeida@mac.com).

Uma paz não-kantiana? Sobre a paz e a guerra no contexto da globalização*

Paulo Roberto de Almeida

“Não é de se esperar que reis filosofem ou que filósofos se tornem reis, mas tampouco é de se desejar, porque a posse do poder corrompe inevitavelmente o livre julgamento da razão. Porém, é indispensável, para iluminar sua ocupação, que reis ou povos reais (que governam a si mesmos segundo leis de igualdade) não atrofiem ou emudeçam a classe dos filósofos, mas a deixem falar publicamente...”

Immanuel Kant, *Sobre a paz perpétua* (1795).

1. INTRODUÇÃO: RAYMOND ARON CORRIGE IMMANUEL KANT

Immanuel Kant tinha plena consciência da limitação intelectual dos soberanos, bem como das limitações práticas dos intelectuais, mas ele pretendia, ainda assim, que os primeiros engajassem os segundos como seus consultores oficiais. Esta aspiração, comum a tantos conselheiros do príncipe, atravessa os tempos desde Platão e Niccolò Machiavelli, até o próprio Raymond Aron, que certamente não foi emudecido – talvez por viver em uma república kantiana – em sua missão de iluminar o livre julgamento da razão.

Em 1948, no seu livro de “estreia” sobre as relações internacionais (*Le Grand Schisme*), Raymond Aron, convencido dos impasses da Guerra Fria que recém se iniciava e consciente dos perigos de um enfrentamento direto entre os dois gigantes saídos da recente confrontação global contra as potências nazi-fascistas, formulou um diagnóstico preciso sobre o cenário estratégico, previsão que ele ainda confirmou, mais de três décadas depois, num livro publicado postumamente (*Les Dernières Années du Siècle*, 1984): “paz impossível, guerra improvável”.

* O presente ensaio foi preparado originalmente para o Segundo Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Niterói: UFF, 16-19 de julho de 2008; www.uff.br/pgcp/abed.html).

Depois de um século XX caracterizado por matanças indescritíveis, em escala jamais vista em épocas anteriores da história da humanidade, num cenário bem descrito por Neill Ferguson em um de seus mais recentes livros (*The War of the World*, 2006), o mundo do século XXI parece agora encaminhar-se para uma fase de relativa paz, pelo menos no que se refere ao relacionamento recíproco entre os grandes centros de poder (em outras épocas definidos como "sistemas imperiais"). Abstraindo-se os conflitos regionais e as guerras civis, tanto o caráter quanto a intensidade, bem como recorrência dos conflitos contemporâneos, parecem retroceder em relação ao panorama de guerras totais, observadas ainda há menos de duas gerações. As mudanças são devidas tanto a alterações fundamentais na "arte da guerra" – com a irrupção do artefato atômico e a possibilidade de aniquilamento da civilização – como em função da crescente interdependência econômica entre os sistemas nacionais, depois de séculos de mercantilismo, de exclusivismo colonial, de nacionalismo, de regionalismos imperiais e de políticas autárquicas e centralizadas no Estado.

Uma leitura não-kantiana dos problemas da paz e da guerra – isto é, não condicionada aos sistemas políticos de possíveis contendores, mas certamente situada na tradição aroniana de *Paz e Guerra entre as nações* (1962) – poderia introduzir novas reflexões sobre a natureza dos conflitos contemporâneos. As possibilidades de conflito entre as grandes potências parecem retroceder em relação ao panorama de guerras totais, de estilo clausewitziano, que Aron contemplava em sua época, não obstante o poderio atômico. Certamente não estamos sequer próximos de qualquer tipo de paz "kantiana", mas o cenário estratégico poderia ser resumido numa paráfrase da afirmação aroniana, da seguinte forma: paz possível, conflitos prováveis.

2. GUERRA E PAZ EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Uma visão de largo espectro histórico – isto é, nos últimos cinco séculos – sobre a evolução dos grandes conflitos entre as principais potências militares poderia oferecer o panorama seguinte. As grandes nações guerreiras, que se identificam com os Estados nacionais criados após o Renascimento – ou mesmo antes –, deixaram o cenário de pequenas guerras de posição, muitas vezes

travadas com o recurso eventual a tropas mercenárias, comuns nos séculos XV e XVI, para as guerras de conquista e ocupação, típicas do cenário europeu entre os séculos XVII e XVIII. Importantes inovações táticas e estratégicas, de estilo clausewitziano ou napoleônico, foram inseridas ao longo do século XIX, tanto na forma de conduzir os combates sobre o terreno, como em relação às condições logísticas e estruturais subjacentes da “arte da guerra”, passando a envolver a mobilização de forças nacionais em larga escala. Comparado, ao século XX, o século XIX poderia retrospectivamente ser visto como relativamente “pacífico”. Com exceção de guerras localizadas, de “unificação nacional – Prússia contra Áustria e França, ademais da pequena Dinamarca, para constituir o Segundo Reich; aventura garibaldiana contra os Estados papais para consolidar o domínio da Casa de Saboia sobre o conjunto da península itálica – e da campanha franco-britânica contra a Rússia, na Guerra da Criméia – para impedi-la de fechar o estreito de Dardanelos –, as grandes potências europeias praticamente não se enfrentaram, em qualquer hipótese, não em conflitos globais. O potencial de destruição, a despeito de progressivamente aumentado pelo tamanho crescente dos canhões, pelas cargas de cavalaria e pela metralhadora Maxim, permanecia modesto, na perspectiva do que veio depois, com o alcance da artilharia, a rapidez dos tanques e os bombardeios aéreos maciços.

O cenário mundial do século XX – que começa marcado por novas aventuras coloniais dos grandes impérios nacionais – conheceu uma inacreditável explosão de violência, sob a forma de duas guerras globais que não mais pouparam instalações ou populações de espécie alguma. Depois do horror provocado pelas armas químicas na Primeira Guerra Mundial e dos bombardeios devastadores, indiscriminados e incendiários, contra alvos civis, no decorrer da Segunda, o advento da arma atômica, ao final desta, sinalizou um limite para o exercício da violência militar, uma vez que ela poderia implicar o terror de um holocausto global. A contabilidade macabra deixada por esses grandes conflitos se cifra em dezenas de milhões de vítimas, conforme registra Niall Ferguson em *The War of the World*.

Curiosamente, o mesmo Ferguson, em palestra-resumo de seu livro anterior, *Cash Nexus*, não deixou de sublinhar as perspectivas otimistas que a segunda onda da globalização despertava nos *true believers* da pacificação capitalista da *belle époque*: os “crentes” no

progresso econômico eram otimistas de que o ciclo de prosperidade trazido pela interdependência econômica criada no último terço do século XIX seria um fator atenuante das paixões guerreiras. Como ele escreveu:

Em 1898, o financista polonês Ivan Stanislavovich Bloch publicou um magnum opus em seis volumes que apareceram em inglês sob o surpreendente título de *Is War Now Impossible?* Bloch argumentava que, em qualquer guerra continental, as finanças seriam “o elemento decisivo e dominante na matéria”, levando as hostilidades a uma rápida conclusão. “O futuro da guerra”, disse Bloch, “não será a morte dos homens, mas a bancarrota das nações”. Ele não estava sozinho em pensar assim. Em *The Great Illusion*, publicado em 1910, Norman Angell dizia que “a profunda mudança efetuada pelo crédito e a ‘interdependência delicada das finanças internacionais’ tinham tornado a guerra irracional e talvez mesmo impossível, uma vez que ‘nenhuma força física poderia superar a força das finanças’.” Em menos de cinco anos, as potências europeias iriam demonstrar quão erradas estavam essas noções otimistas. Em julho de 1914, os apelos desesperados dos Rotschilids e dos Warburgs de que uma guerra europeia iriam destruir a ‘delicada interdependência das finanças internacionais’ foram simplesmente ignorados. Longe de impedir a guerra, a ‘força do crédito’ tornou possível conduzir a guerra numa escala ainda mais vasta e por muito mais tempo do que os peritos financeiros do pré-guerra – inclusive John Maynard Keynes – pensavam que fosse possível. (Ferguson, 2001).

Em vista de uma percepção objetiva quanto aos custos da guerra para os atuais “impérios”, é provável que essas superpotências não mais voltem a se enfrentar diretamente em grandes guerras totais, mas que procurem se acomodar mutuamente com o recurso às negociações ou, quando for necessário, às guerras localizadas e aos conflitos militares por procuração – *proxy wars* –, mas que não mais envolverão a escalada final, isto é, a destruição completa do inimigo, pois que isso poderia significar sua própria destruição (quando não uma hecatombe em escala planetária).

De fato, nas mais de seis décadas que sucederam aos bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, a arma atômica não foi empregada novamente em conflitos militares, a despeito de doutrinas prevendo sua utilização plena – como aquela que ficou conhecida pelo acrônimo MAD, *Mutually Assured Destruction*, no auge da Guerra Fria; e de cálculos ou até planos para que fossem efetivamente usadas, por ocasião da guerra da Coreia, contra a China (ensejando a demissão do comandante militar americano, MacArthur, pelo presidente Truman).

Alguns, entretanto, alegam que elas foram, sim, *usadas*, sobretudo quando da crise envolvendo mísseis soviéticos em Cuba (1962), quando militares dos dois lados chegaram a armar mísseis: o que ocorreu, simplesmente, foi que elas não foram *disparadas*, mesmo tendo entrado nos cálculos estratégicos dos dois contendores. Os mísseis armados de ogivas nucleares continuam a fazer parte dos cálculos táticos de todos os planejadores militares que deles dispõem, ainda que líderes políticos os considerem sobretudo como elementos de dissuasão estratégica.

Seja no decorrer da Guerra Fria, quando os cálculos quanto à sobrevivência do contendor, depois do primeiro ataque, eram bastante incertos, seja, sobretudo, depois da “liquidação” do socialismo – para todos os efeitos práticos, isto é, enquanto “modo alternativo” de organização social da produção e de regime político – já não parecem existir motivos fundamentais para um “enfrentamento definitivo” entre as potências da atualidade, já que nenhuma delas disporia, aparentemente, de motivos securitários para ameaçar a existência de outra, e vice-versa. Qualquer que seja a interpretação que se possa fazer da equação estratégica na era atômica, a evidência empírica é a da autocontenção na “subida aos extremos”, por parte das potências contemporâneas.

Não se quer, com isso, cair no otimismo algo ingênuo de Bloch e de Angell, que acreditavam que a interação de tantos interesses econômicos e financeiros entre as grandes potências europeias da *belle époque* simplesmente as impelia a um tipo de racionalidade instrumental, que evitaria o deslanchar de uma guerra de proporções abrangentes. Mas o argumento quanto à interpenetração de interesses econômicos não deixa, no entanto, de ter o seu valor, como se procurará argumentar em seguida.

3. SOBRE UMA PAZ NÃO-KANTIANA, EM MEIO A CONFLITOS PROVÁVEIS

Minha *tese principal* é a de que guerras interimperiais se tornaram uma quase impossibilidade prática nas condições da globalização ascendente. Em outros termos, não haverá mais guerras totais, de estilo e corte clausewitziano-napoleônico, como as ocorridas no século XX. A tese é válida pelo futuro previsível, ou pelo menos para o horizonte possível das interações capitalistas suscetíveis de se desenvolver entre “candidatos” a um enfrentamento hipotético no cenário global já referido.

Isto não implica, contudo, o estabelecimento de uma paz kantiana, ainda que não perpétua. Esta implicaria a pacificação dos possíveis contendores com base numa mesma identidade política fundamental enquanto forma ideal de administração dos homens e das sociedades, o que, para o filósofo de Königsberg, seria representado por regimes constitucionais relativamente liberais (este é o sentido correto do conceito de “constituição republicana”, como referido por Kant, ou seja, um regime de igualdade legal entre os cidadãos). O “fim da história”, sugerido por Fukuyama, pode até acarretar a quase universalização da economia de mercado – o que, mais exatamente, corresponde a um “*fim da geografia*” – mas esse fenômeno econômico não significa, necessariamente, a existência exclusiva da democracia política enquanto padrão único ou universal para todos os participantes do jogo estratégico.

A “quase” impossibilidade de uma guerra interimperial redundante, em sentido oposto, na “quase” impossibilidade de uma paz kantiana (perpétua ou temporária, não importa aqui), uma vez que nem todos os contendores hipotéticos ostentam “*constituições republicanas*”. Mas esta é uma condição “quase” filosófica, em sentido próprio; não uma condição estrutural, ou empírica, das relações inter-imperiais na situação concreta da modernidade capitalista. Alguns (Robert Kagan, por exemplo) até acreditam que vivemos um “quase” retorno da história, para o velho equilíbrio de poderes do século XIX, no qual a relativa equivalência militar das potências mais importantes estabelece um impasse estratégico, eventualmente baseado em alianças rivais.

O cenário político-estratégico ainda é o da “anarquia” moderada, ou seja, sem entendimentos essenciais entre os principais atores do grande jogo do poder quanto à administração de conflitos, mas com um entendimento básico sobre a impossibilidade de se vencer uma

guerra no quadro atual de impasses recíprocos trazidos pelos vetores nucleares. O realismo cínico dominante desde sempre poupará a história futura de uma repetição patética de equivalentes atômicos de acordos tão ingênuos e ineficazes quanto o pacto Briand-Kellog (1928). Ninguém mais discute futilidades em torno de um equivalente contemporâneo da "paz perpétua", mesmo porque potências que se respeitam não costumam fazer concessões de nenhum tipo, nem renunciar à soberania última de dispor elas mesmas do direito de recorrer à guerra quando seus interesses fundamentais estiverem em jogo. Mas elas são responsáveis o suficiente para não deixar que esses interesses sejam contestados ao ponto de uma ruptura definitiva, que seria de natureza atômica.

Desse ponto de vista, o instinto de sobrevivência de atores responsáveis – até mais do que cálculos racionais quanto à "economia política" de um conflito nuclear – fará com que se mantenham fechadas as bainhas dos mísseis balísticos, ainda que estes possam ser contados para fins de uma pequena contabilidade macabra. Não haverá, contudo, a despeito da crescente interdependência econômica entre esses atores, aproximação entre seus sistemas políticos, de maneira a permitir alguma forma atualizada de uma "santa aliança das democracias", pela simples razão de que poucos atores de primeiro plano são ou serão democracias de verdade, no sentido kantiano do conceito. De fato, o que temos hoje (e o que teremos pelo futuro previsível) no *inner sanctum* do CSNU, são três democracias de estilo ocidental e duas autocracias em transição, quase ao estilo do despotismo oriental de que falava Karl Wittfogel, com todo o peso opressor das burocracias públicas "racionalizadas".

Minha *tese secundária* é a de que essa ausência de guerras totais – ou de uma grande guerra "final" – não significa a inexistência de conflitos, alguns sérios, entre os grandes atores. Pode até ser provável que eles ocorram com maior frequência, na ausência do já referido enfrentamento "final". Mas os conflitos prováveis não devem impedir o estabelecimento de um novo ambiente de "paz provável" entre os mesmos hipotéticos contendores, no quadro mais geral de "disputas possíveis" entre eles. Haveria elementos suficientes para afastar o perigo de guerras entre esses atores de primeiro plano, ao mesmo tempo em que se declara a plausibilidade de conflitos entre eles? O que sustenta tal tipo de análise?

De fato, a assertiva acima, que torna improvável uma guerra “verdadeira”, ou direta, entre os grandes atores – ou impérios – da atualidade, pode parecer ingênua, ou totalmente irrealista, em face de precedentes já acumulados, ou seja, tendo em conta os “testes militares” já realizados no curso da história. Em que sentido os precedentes históricos poderiam abrir caminho a uma possível repetição do passado?

Uma lista de elementos suscetíveis de explicar os conflitos interimperiais do período anterior, “napoleônico” ou “*bismarckiano*”, poderia ser assim feita: disputa por matérias primas, sobretudo energéticas, disputas que, todavia, não precisariam implicar em conquistas territoriais *stricto sensu*, bastando a conclusão de acordos comerciais (díficeis, porém, de serem feitos, nas condições coloniais do século XIX e da primeira metade do século XX); necessidade de acesso a mercados e garantias de fornecimento de mercadorias consideradas estratégicas a processos produtivos ligados à segurança nacional; busca de “espaços vitais” para a exportação de “excedentes demográficos”; desejo de prestígio, associado à posse de dependências periféricas; e, claro, a própria segurança do Estado em causa, contra um vizinho ameaçador.

Em que sentido se poderia dizer que os mesmos elementos que existiam na conjuntura de um século atrás continuam existindo na atualidade? Se eles possuem seus equivalentes funcionais contemporâneos, poderiam eles conduzir eventualmente a um cenário de enfrentamentos tão mortíferos quanto aqueles conhecidos no teatro europeu, entre 1870 e 1945, ou no contexto asiático, da Guerra do Pacífico entre o Japão e os EUA?

O que se poderia argumentar, finalmente, é que, existindo, ou não, algumas coincidências entre essas situações separadas no tempo, mas unidas pelo seu caráter “estrutural”, não há nenhuma garantia segura – como poderia, talvez, sublinhar Raymond Aron – de que as grandes potências não venham a se enfrentar novamente, num conflito de grandes proporções, no futuro previsível.

Contra o argumento da “circularidade” da história, no caso dos enfrentamentos imperiais, eu levantaria a minha *terceira tese*, que consiste simplesmente em afirmar que as grandes potências não mais empreenderão a “aniquilação” dos seus adversários pela razão muito prática de que isto poderia significar, também, sua própria destruição.

Nas condições de preparação atômica que são as existentes atualmente, essa hipótese deve estar plenamente integrada, se não nos cálculos estratégicos dos militares, pelo menos nas avaliações políticas que conduzem estadistas responsáveis.

Outro fator, de caráter propriamente econômico, condiciona o recurso último ao enfrentamento militar nas condições contemporâneas: o mundo, longe da autarquia dos séculos e sistemas econômicos precedentes, se tornou de verdade interdependente e globalizado, no plano da produção, do abastecimento, da distribuição, das finanças e dos sistemas de informação, com mercados relativamente abertos e competitivos presidindo aos grandes intercâmbios. Limitações existem, por certo, como no caso das tecnologias proprietárias e dotadas de sensibilidade militar; mas também existe um mercado para esse tipo de produto especial, inclusive no terreno da espionagem (que também responde a cálculos racionais de utilização de "recursos escassos").

Na medida em que a capacitação tecnológica e sua incorporação em sistemas defensivos e ofensivos nacionais respondem pelo essencial da supremacia militar nas condições contemporâneas, a competição entre impérios se dará, basicamente, no terreno científico-tecnológico, com disputas residuais por acesso a insumos e produtos relevantes para que esses sistemas continuem a funcionar normalmente. Tendo em vista que essa capacitação se dá, também, crescentemente, por meio de redes unindo pesquisadores dos mais diversos países – inclusive daqueles teoricamente "rivais" –, não parece haver, nessas condições, qualquer elemento "precursor" de um conflito de grandes proporções entre esses impérios. Estes são, portanto, os fundamentos de uma paz não-kantiana.

4. DA GRANDE PARA A PEQUENA GEOPOLÍTICA (EM TORNO DOS CONFLITOS REGIONAIS)

Se meus argumentos expostos acima estão corretos, a nova perspectiva de um mundo pós-aroniano – ou seja, consubstanciado numa paráfrase adaptada do seu famoso diagnóstico da época da Guerra Fria, revertendo em afirmar: "paz possível, conflitos prováveis" – representaria, também, a aposentadoria de outros teóricos da supremacia militar e dos conflitos interimperiais, entre eles Mackinder e sua famosa tese sobre o "pivô" da dominação hegemônica (como sendo o *heartland* euroasiático).

O que significa a tese de Mackinder para os conflitos da era contemporânea? Provavelmente a transposição para o mundo da geografia política de suposições muito próximas do universo clausewitziano, por sua vez baseadas no domínio do terreno de manobras militares. Talvez o mesmo se aplique a Mahan e sua tese sobre o domínio dos mares. Na verdade, eles não estão de todo errados, ou sequer ultrapassados: suas teses podem ainda ter aplicação aos conflitos convencionais que, no entanto, deixam o terreno da grande geopolítica – isto é, da luta pela hegemonia total – para se refugiar nos conflitos parciais, localizados, de caráter regional ou geograficamente limitados.

Onde e quando se distinguem esses dois tipos de geopolítica, a grande e a pequena? Vamos começar pela grande.

Inglaterra e Espanha tiveram um grande enfrentamento geopolítico no século XVI, em torno de seus interesses nacionais respectivos (que não se limitavam ao controle do Atlântico norte). França e Inglaterra estiveram em conflito geopolítico no decorrer dos dois séculos seguintes, na Europa e nas Américas, episódios apenas concluídos com a derrota definitiva de Napoleão (ainda assim com escaramuças subsequentes, localizadas na África e no sul da Ásia). Depois, ambas as potências levaram uma luta geopolítica conjunta contra a expansão russa em direção do Mar Negro e contra o império otomano, nos Balcãs e no Oriente Médio. O século XIX e a primeira metade do século XX foram, indiscutivelmente, etapas sucessivas da grande luta hegemônica conduzida pela Alemanha em sua busca de supremacia geopolítica na Europa central e em âmbito mundial. O Japão acompanhou a tendência, no mesmo período, tentando construir sua esfera de “co-prosperidade” na Ásia, primeiro derrotando a China e a Rússia em conflitos limitados, depois invadindo a China em grande estilo, finalmente enfrentando o grande rival geopolítico no Pacífico, os EUA.

Este grande ator geopolítico do século XX – e provavelmente dos próximos séculos, também – começou sua trajetória para a hegemonia militar de forma muito limitada, perdendo sua “segunda” guerra de independência (1812) contra a Inglaterra, mas ganhando progressivamente terreno para sua projeção continental por meio de aquisições sucessivas de território na base da compra amigável (França, Espanha e Rússia) ou da posse pelas armas (México). Mas estas foram escaramuças da pequena geopolítica, ainda que inseridas num projeto geopolítico de enorme amplitude. Os testes decisivos

para a projeção imperial dos EUA começaram, provavelmente, na guerra civil, que confirmou a natureza industrial e tecnológica da supremacia militar da nação americana, e tiveram plena confirmação na guerra hispano-americana de 1898, quando o novo *hegemon* regional adquire *status* de grande potência apta a atuar no plano mundial, o que ele faz em 1917, nos campos do norte da França.

O resto do hemisfério americano teve apenas conflitos de pequena geopolítica. Mas não se pode descurar a grande importância estratégica dos conflitos que agitaram a América do Sul em torno do domínio no Prata, com uma sucessão de entreveros que contou, inclusive, com a união dos dois grandes competidores regionais – Argentina e Brasil – contra um pequeno candidato a ditador animado de pretensões napoleônicas. Um conflito geopolítico de maiores proporções foi evitado entre os dois grandes da América do Sul, provavelmente devido ao fato que nenhum deles necessitava ter contra o outro uma afirmação territorial que fosse essencial para a realização de seus grandes objetivos nacionais, de resto bastante limitados nos terrenos econômico – já que ambos eram exportadores de produtos primários para mercados desenvolvidos – e no terreno militar, também. A diplomacia tranquila do Brasil foi, igualmente, um fator de arrefecimento dos ardores geopolíticos dos seus respectivos militares, já que as doutrinas e concepções estratégicas respectivas dos estados-maiores da Argentina e do Brasil contemplavam, sem dúvida, um enfrentamento provável em caso de erosão do bom entendimento mantido pelas suas lideranças oligárquicas.

A Europa conhecia, durante todo o período, conflitos de pequena geopolítica, geralmente nos Balcãs e em outras zonas periféricas. Mas as pretensões dos impérios centrais permaneciam intactas, mesmo com a imensa destruição trazida pela Grande Guerra. Depois da derrota da grande geopolítica da Alemanha hitlerista e do Japão militarista – com a intervenção mais histriônica do que efetiva da Itália fascista –, a Europa encerrou melancolicamente sua “segunda guerra dos Trinta Anos” (1914-1945) para ceder o terreno aos dois gigantes geopolíticos que emergem ao final da Segunda Guerra: EUA e URSS.

O grande conflito geopolítico conhecido como Guerra Fria durou mais de 40 anos, e não se tem certeza de que ele tenha sido definitivamente enterrado em 1991. Tratou-se, em todo caso, do mais formidável conflito jamais empreendido por qualquer império

do passado, com a particularidade de que ele nunca foi transposto para o terreno das armas, efetivamente. Os principais episódios se deram por procuração – *proxy wars* –, em ambientes regionais, geralmente periféricos, e em poucas ocasiões os mísseis tiveram de ser ajustados para eventual uso direto. Claro, os principais focos de tensão sempre estiveram na Eurásia, como gostaria a teoria de Mackinder. Mas os dois grandes candidatos a hegemonia exclusivos contemplavam o cenário mundial como o verdadeiro terreno de uma disputa mortal, que combinava tanto elementos de Sun Tzu e de Clausewitz, quanto aspectos puramente psicológicos e clandestinos, associados à luta de inteligência, mais até do que ao planejamento militar.

Essa grande geopolítica da era bipolar se encerrou melancolicamente para um dos contendores e não é seguro que a finada União Soviética venha a ser substituída por um novo desafiante, supostamente a República Popular da China, como acreditam alguns planejadores militares americanos. Qualquer que seja o futuro das relações bilaterais, tudo indica que a China não vê nos EUA o seu inimigo principal, ainda que os EUA possam considerar a China como seu contendor estratégico. O mais provável que ocorra é uma coexistência problemática, feita de conflitos setoriais e episódicos – como a incorporação de Taiwan à soberania da RPC, por exemplo – e de fricções localizadas nos países periféricos, fornecedores de materiais estratégicos. Tudo o mais será suscetível de ser absorvido nos grandes mercados capitalistas que passam a unir, de forma definitiva, os interesses, não dos Estados, mas das empresas multinacionais de ambos gigantes da era pós-Guerra Fria.

A Rússia atual, e futura, ainda que dotada de armas “estratégicas”, só parece ter condições de se envolver em conflitos de “pequena geopolítica” a partir de agora, mesmo se alguns desses conflitos apresentam implicações globais (como os sistemas de mísseis intercontinentais, os recursos energéticos da Ásia central e outros assim). A União Europeia deve demorar, pelo menos, uma geração mais para se apresentar como ator militar, e geopolítico, credível, recuperando, talvez, sua importância maior nas grandes batalhas futuras da “geopolítica tecnológica”, isto é, nos terrenos que conformaram a quarta e a quinta revolução industrial, combinando microeletrônica, engenharia genética e novos materiais (nano e biotecnologia).

Potências médias, por sua vez, continuarão alimentando os anais da pequena geopolítica, algumas com maior ardor militar (Índia) do que outras (Brasil). Esta será bem mais movimentada do que a grande geopolítica, que não parece mais mobilizar o planejamento efetivo dos grandes impérios da atualidade. Isto não significa que os planejadores militares desses grandes impérios deixarão de contemplar cenários de enfrentamentos de última instância, inclusive com o recurso efetivo à arma extrema; mas a plausibilidade de transposição desses cenários para as salas de comando em situações de alerta total parece estar cada vez mais distante.

Nesse sentido, o mundo contemporâneo parece mais guiado por Montesquieu e Adam Smith do que por Clausewitz, Mahan ou Mackinder. Em outros termos, a interdependência global atua no sentido de arrefecer ardores guerreiros dos atuais (e futuros) responsáveis imperiais. O mundo de Kant ainda está muito distante, mas um autor que conserva atualidade e permanência é, seguramente, Sun Tzu, inclusive porque seus princípios, tomados em sua forma mais abstrata e genérica, podem ser igualmente aplicados ao mundo dos negócios e da diplomacia. Este será o mundo do futuro, em que pese a importância sempre decisiva dos militares. Estes continuarão relevantes, em qualquer hipótese.

Minha *última tese* é a de que os militares precisam se preparar cada vez mais para cenários de "pequena geopolítica", onde serão mais facilmente mobilizados. Poderão, é claro, continuar estudando a "grande geopolítica", mas sempre com a intenção, aqui secreta, de não precisar subir aos extremos e precipitar o julgamento final.

Como dizia Sun Tzu, a guerra tem importância crucial para os Estados e, no cenário previsível, nenhuma comunidade internacional suplantará o poder dos Estados nacionais nas questões definitivas de guerra e de paz. Nas condições da globalização, porém, a guerra não tem mais por objetivo conquistar terrenos, subjugar inimigos ou esmagar competidores. A "guerra" econômica da atualidade (e, presumivelmente, cada vez mais, as "guerras" do futuro) tem mais a ver com o domínio da tecnologia e do saber científico do que com o deslocamento de tropas no terreno, mesmo que este ainda seja um fator diferencial para os conflitos de pequena geopolítica do presente (e, aqui, tanto Clausewitz quanto Maquiavel podem ser de grande auxílio intelectual).

Quanto à grande geopolítica, ela provavelmente terá mais a ver com Adam Smith do que com Kant, ainda que este continue relevante, talvez em alguma combinação com o primeiro, ainda não exatamente detectada pelos cientistas políticos da globalização. Quanto a Raymond Aron, ousou reinterpretar seu velho diagnóstico do início da Guerra Fria e formular uma antevisão para os primeiros (e seguintes) anos do século XXI: guerra distante, paz possível, mas conflitos muito prováveis...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aron, R., *Le Grand Schisme*, Paris, 1948.

_____ *Paz e Guerra entre as nações*, 1962.

_____ *Les Dernières Années du Siècle*, 1984.

Kant, I., *Sobre a Paz Perpétua*

Ferguson, N. *The War of the World*, 2006.

_____ (2001) *The Cash Nexus: Banking and Politics in History*, A lecture delivered by Professor Niall Ferguson of Oxford University, 30 April 2001. *The Rotschild Archive*, Review of the year, April 2000 – March 2001, p. 9-15

Esquema e resumo: Brasília: 1867, 3 março 2008

Redação: Brasília, São Paulo, 1910: 10 julho 2008

Revisão: Brasília, 5 setembro 2008